

Governança democrática e poder local no Rio Grande do Norte nos anos 80: a experiência de Janduís

João Bosco Araújo da Costa – UFRN

RESUMO

A partir dos anos oitenta, o poder local no Brasil passou por um significativo processo de resignificação. No cenário político do Rio Grande do Norte destacou-se a experiência da gestão participativa de Janduís no período de 1988 a 1992, a qual teve como marca expressiva de suas intencionalidades, a democratização do poder local, a abertura de canais de participação para os cidadãos, e a formulação e implementação de políticas públicas dirigidas para a inclusão social. Neste texto discutimos os resultados da pesquisa que avaliou a segunda gestão participativa de Janduís, analisando a efetividade da construção de canais de participação da população na formulação e execução das propostas administrativas, do padrão democrático de relação entre o poder público e os atores sociais e políticos locais, das políticas públicas nas áreas de educação, saúde, cultura e geração de emprego e renda executados durante o período 1988-1992.

Palavras-chave: Governança democrática, Poder Local, Participação cidadã, cultura política.

ABSTRACT

From the eighties years, the local government in Brazil has undergone a significant process of resignification. In the political landscape of Rio Grande do Norte State emphasized the experience of

participatory management in Janduís city during the period 1988-1992, which had as expressive mark of its intentionality, the democratization of the local government, the creation of participation's moods for the citizens, and, the formulation and implementation of public policies which aimed at social inclusion. In this paper, we discuss the results of research which evaluated the second participatory management from Janduís city, analyzing the effectiveness of creation of participation's moods for the population in formulating and implementing administrative proposals; of the democratic pattern in relationship between the public management and the local stakeholders; of public policies in education, health, culture and creation of employment and income areas performed during the period 1988-1992.

Keywords: Democratic Governance. Local Government. Participation by Citizen. Political Culture.

O município de Janduís situa-se na chapada do Apodi, localizada na zona oeste do Estado do Rio Grande do Norte. Distante 279 km de Natal, a capital do estado, limitando-se com os municípios de Augusto Severo, Caraúbas, Patu e Messias Targino. As condições geográficas e ambientais do município condicionam em grande medida a sua base produtiva. Janduís localiza-se no semi-árido, apresentando um quadro climático que impõe uma série de dificuldades para as atividades produtivas. Vulnerável aos efeitos das secas constantes, o suprimento d'água é um dos principais problemas enfrentado pela população. O abastecimento d'água no município é realizado de forma precária, utilizando-se de carroças e carros pipas.

A estrutura produtiva compõe-se basicamente de atividades agrícolas praticadas de forma tradicional. Estas atividades constituem-se basicamente da produção de algodão – em decadência –, produção de subsistência de outros itens agrícolas e uma pequena produção de derivados do leite não industrializado. Inexistem atividades industriais no município e o comércio local limita-se a pequenos estabelecimentos e a feira livre semanal. Na área de serviços o município não tem agências bancárias e conta apenas com uma pequena pensão familiar como hospedaria. Este quadro, a fonte de recursos do município limita-se praticamente ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) o qual mal

sustenta a folha de pagamento do funcionalismo municipal, apesar dos baixos salários.

A população de Janduís, a época da administração de José Bezerra, de acordo com o IBGE, somava oito mil habitantes, distribuídos na proporção de 60% na área rural e 40% na área urbana. A estrutura ocupacional do município expressa as contingências de sua estrutura econômica. Mesmo os que residem na sede do município estão ligados a atividades agrícolas em sua maioria. Parte significativa dos empregos urbanos são estatais, tais como funcionários municipais e poucos do Estado do Rio Grande do Norte.

A estrutura ocupacional do município, responsável pelo perfil social da sua população é resultante entre outros fatores de dois elementos que se destacam: a estrutura agrária do município e o isolamento do sistema produtivo em relação às mudanças operadas no cenário produtivo do Rio Grande do Norte com o desenvolvimento vivenciado em sua fase pós-SUDENE.

A estrutura agrária do município apresenta um grande número de pequenos produtores rurais com atividades de subsistência ao lado de uma grande concentração de terras em sua maioria em franco processo de decadência econômica advinda entre outros motivos com a crise do algodão. No perfil sócio econômico do município destacam-se pouquíssimas famílias detendo a maior parte das terras, convivendo com um grande contingente de pequenos produtores rurais.

Localizado na micro região do Oeste Potiguar, Janduís não se beneficiou do desenvolvimento produtivo vivenciado pela micro região nos últimos trinta anos. Este desenvolvimento, mesmo que criticável por ser caracterizado pela não equidade social, pela irresponsabilidade ecológica e sua homogeneização cultural, deu-se na região a partir da exploração petrolífera, a mecanização das salinas e especialmente pela consolidação da agroindústria no vale do Açu.

Janduís não teve em sua estrutura produtiva nenhuma influência deste processo, continuando um município isolado cujo poder público depende quase exclusivamente do Fundo de Participação dos Municípios para compor suas receitas. A própria localização geográfica e as condições climáticas de Janduís, se não determinam, condicionam em grande parte o quadro de sua estrutura produtiva e a estagnação aqui descrita.

É nesse contexto que a vitória de Salomão Gurgel nas eleições municipais de 1982 pelo

Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) significou por si uma mudança significativa no cenário político local, tanto pelo fato de Salomão Gurgel, não obstante ser filho de uma família tradicional do município, ser um personagem da esquerda do estado, como por ser a primeira vez desde a emancipação do município há quatro décadas que a família Maia perdia o controle político da prefeitura de Janduís.

Não obstante a vitória de Salomão deu-se por uma série de motivos da política local (COSTA, 1993), entre as quais a desistência de seu irmão Sebastião Gurgel e o amplo arco de alianças que a candidatura Salomão conseguiu montar, sua eleição significou o início de um processo de participação cidadã, de estímulo à organização comunitária e implementação de um conjunto de políticas públicas entre as quais se destacam as políticas na área de saúde, educação, cultura e infra-estrutura urbana.

Na administração Salomão Gurgel, José Bezerra era a expressão dos setores jovens e mobilizados a partir dos grupos de jovens da Igreja católica identificada com a teologia da libertação. Ao longo da administração Salomão, esse grupo foi conseguindo a hegemonia do processo político administrativo e foi evoluindo para novas opções partidárias.

A escolha de José Bezerra para disputar a sucessão de Salomão pelo partido dos Trabalhadores foi o coroamento da relevância política que o grupo dos jovens adquiriu. José Bezerra foi um dos prefeitos mais votado na história do município, não obstante ter sido candidato por um leque bem mais restrito de apoios políticos do que seu antecessor. Esta continuidade, e o reconhecimento da gestão Salomão como gênese do processo de administrações participativas em Janduís é encontrado em vários depoimentos. Avaliando a gestão Salomão e comparando com os desdobramentos na administração José Bezerra, José Simão, liderança comunitária rural e membro do sindicato dos Trabalhadores Rurais de Janduís na época, diz que: *“No tempo de Salomão também foi muito bom por que a gente tinha acesso, a gente ia para reuniões, para os debates, a gente ia pra Natal, pra Mossoró, tinha muito encontro e a gente tinha acesso a transmitir o que ouvia para o povo, só que hoje está tudo parada cada qual está trabalhando aí, ninguém tem acesso, só tem acesso quando é pra fazer as campanhas políticas”* (José Simão. Entrevista concedida em 27/09/2002).

O hoje “ta parado” refere-se ao período atual no qual a gestão participativa se constitui em

um episódio do passado. Também o atual presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, na época já membro da diretoria, avalia a continuidade da gestão José Bezerra nestes termos: *“ela (a gestão José Bezerra) segurou algumas conquistas que vinha da administração de Salomão que era a administração do PMDB na época (...) por que antes de Salomão ser prefeito de Janduís, essa cidade era praticamente abandonada, praticamente não existia. Por exemplo, o povo não conhecia nem sequer a cidade, não conhecia o que era direito, não sabia se existia direito à saúde, se existia direito à educação, se existia direito à Assistência Social”* (Raimundo Canuto de Brito. Entrevista concedida em 23/09/2002).

Aqui mais uma vez temos a memória coletiva e individual, presente em todos os depoimentos, da gestão Salomão Gurgel como marco inaugural de um processo político no qual a população local começou a vivenciar a participação cidadã e o poder público local mobilizou energias para criar um ambiente propício a uma cultura política participativa e ancorada na idéia de direitos. Também temos o reconhecimento da continuidade deste padrão de relacionamento entre o poder público local e os diversos segmentos das camadas subalternas da população na gestão seguinte. Ainda Raimundo Canuto diz que: *“no governo de Zé Bezerra, deu continuidade a essas conquistas (...) no governo de Zé Bezerra teve algo que possa dizer diferente (...) a questão dos conselhos populares que era uma espécie de representantes por rua, que existia na época e também representando as comunidades rurais. Mas isso não era nada oficial, era assim só formado”* (Entrevista concedida em 23/09/2002).

Aqui temos um primeiro resultado que destaca diferenciação da gestão José Bezerra de seu antecessor. Trata-se da ênfase dada por esta gestão ao processo de participação cidadã, ampliando os canais de participação com a constituição dos “Conselhos Populares” por rua no espaço urbano e nas diversas comunidades rurais do município. Essa ênfase da gestão José Bezerra na participação ocorreu pelo fato de que os principais agentes organizacionais do poder público no período serem mais homogêneos em termos de ideário político, vinculados a matriz discursiva da tradição marxista leninista.

Se o resultado não intencional dessa matriz participacionista foi à ampliação de participação cidadã e sua influência indireta no processo decisório, a noção que movia os agentes organizacionais

era a idéia de construção da participação conselhistas que influenciou a discussão sobre a natureza dos canais de participação popular no debate político brasileiro dos anos oitenta. Esta discussão opunha a qualidade destes conselhos entre consultivos e/ou deliberativos (COSTA, 1998). Raimundo Canuto continua sua avaliação lembrando que: *“A administração de Zé Bezerra também teve a continuidade do mesmo grupo anterior, não teve assim pessoas diferentes que viesse não, foram os mesmos que continuaram na gestão de Zé Bezerra. Com exceção de algumas pessoas que veio de fora para compor a administração dele”* (Entrevista concedida em 23/09/2002).

Aqui se refere ao grupo que se constituiu em torno da liderança de José Bezerra durante a gestão Salomão Gurgel que era o setor à “esquerda” na composição da gestão. Raimundo destoa das avaliações costumeiras sobre a gestão José Bezerra, as quais geralmente aponta como inovação desta em relação à anterior o incremento da participação popular e a ênfase maior nas políticas voltadas para a área de cultura. Para Raimundo Canuto: *“Eu acho assim, que a gestão tivesse feito algo de diferente não da gestão do PMDB. Eu repito parece que vai ser uma palavra só. Foi uma continuidade da gestão de Salomão. Que não teve muita inovação, assim, por exemplo, de demonstrar coisa nova do PT. É a minha avaliação lógica e evidente que deve ter algumas pessoas que devem fazer outra avaliação, mas eu estou fazendo uma avaliação como cidadão que estive presente ao longo de todo o governo. Não percebo que teve alguma coisa tão diferente não”* (Entrevista concedida em 23/09/2002).

Outro aspecto para a avaliação dos resultados da Administração de José Bezerra diz respeito ao fato de que o poder local, como conjunto de atores que atuam e se relacionam em um determinado espaço, instituindo identidades e alteridades sociais e políticas localmente ancoradas não deixa de estar inserido em totalidades mais amplas, como a região, o Estado, a União, com as quais as forças econômicas, sociais e políticas locais estabelecem relações de disputas e alianças.

Assim se coloca duas questões nos resultados da gestão José Bezerra. Em relação ao primeiro aspecto acima apontado no que diz respeito ao poder local, os agentes organizacionais no período procuraram radicalizar na demarcação identitária e no estabelecimento das alteridades locais. Por isso, tanto em âmbito local, como nas relações com o Estado potiguar e a União, a gestão José Bezerra teve maiores dificuldades em obter recursos através de programas e projetos e menor base de apoio

institucional em âmbito local o que traduziu-se em diversas crises com a Câmara de Vereadores.

É nesse sentido que se coloca a necessidade de reflexão sobre a capacidade, as possibilidades e os limites que apresentam os atores sociais e políticos localmente ancorados para promover novas relações entre o poder público e os segmentos que compõe a sociedade local, de formular e implementar políticas públicas que incidam no desenvolvimento local sustentável. Para que o poder local seja capaz de realizar estas possibilidades, como analisa Buarque (2002, p. 27), é necessário que se constitua:

Três grandes pilares: organização da sociedade, contribuindo para a *formação de capital social* local (entendido como capacidade de organização e cooperação da sociedade local) combinada com a formação de espaços institucionais de negociação e gestão, *agregação de valor na cadeia produtiva*, com a articulação e o aumento da competitividade das atividades econômicas com vantagens locais, e *reestruturação e modernização do setor público* local, como forma de descentralização das decisões e elevação de eficiência e eficácia da gestão pública local.

A organização da sociedade diz respeito ao fato de que, como reflete Dowbor (1998, p. 41), “sem sólidas estruturas locais participativas e democratizadas não há financiamentos externos ou de instituições centrais que produzam resultados”. No entanto, e os resultados da gestão José Bezerra demonstraram, apenas um alto grau de participação popular isolado de um leque de alianças e apoios institucionais não é suficiente para alavancar às políticas públicas que incidam no desenvolvimento local. Se em âmbito local, especialmente em cenários de baixa organização cidadã como no Rio Grande do Norte, cabe ao poder público em especial viabilizar estes canais de participação e negociação, também este precisa construir redes externas de relação política institucional especialmente quando o município não detém fonte de recursos autônomos. Na avaliação de Geraldo, membro da administração José Bezerra, fica evidente a dependência da prefeitura de recursos externos, o que seu relativo isolamento político, devido ao fato de ser uma administração do PT no estado, certamente agravou. Para este: “*O primeiro ano da administração de Bezerra foi muito difícil porque a prefeitura*

tinha muitas dívidas e era um período de inflação muito elevada, no apagar das luzes do governo de Salomão ele deu um aumento relativamente grande. Quando Zé Bezerra assumiu no mês de Janeiro há um declínio e o dinheiro que entrava na prefeitura não dava para cumprir a folha de pagamento. Então houve um certo atraso, mas como era um período de inflação elevada uma coisa inclusive, chamada de arrocho salarial, a gente ficou pagando muito mal no primeiro ano, porque as contas subiam e a gente não reajustava o salário e o que ia sobrando a gente ia pagando” (Entrevista concedida em 25/09/2002).

A criação de canais de participação, negociação e gestão de políticas e projetos envolvendo os múltiplos agentes e atores públicos e privados tem se constituído como uma das características do que os estudos de gestão local no Brasil denominam de um terceiro ciclo. Como avalia Soares e Gondim (1998, p. 67) “o terceiro ciclo dessas gestões locais inovadoras [...] introduz a idéia do orçamento participativo e introduz os conceitos de parceria e de desenvolvimento econômico local como condições para uma administração bem-sucedida”.

Os canais de participação não se justificam apenas quando dizem respeito ao processo decisório. A mobilização dos agentes e atores públicos e privados locais para a proposição de alternativas, a construção de um cenário de debate público dos múltiplos interesses em jogo e a visibilidade do gasto público tem sido ressaltada como elemento indispensável para a construção de um clima favorecedor da confiança e mobilização cívica. Teixeira (2001, p. 36) chama atenção para o fato de que: “o aspecto estritamente decisório da participação perde sua ênfase para dar lugar ao debate público das questões, à proposição de alternativas, exigência de prestação de contas dos atos dos agentes públicos e conseqüente responsabilização”.

Na gestão José Bezerra a participação intensa da população da periferia da cidade das comunidades rurais deram esse aspecto de publicização das ações da prefeitura e ampliação do debate público. Também criou um ambiente de confiança entre os participantes que foi em grande parte responsável pela efetividade das políticas implementadas, não obstante a escassez de recursos, o isolamento das agencias estatais em âmbito regional e nacional e os conflitos com os atores públicos locais notadamente a Câmara de Vereadores.

Como já assinalamos, a grande novidade dos anos noventa foi a emergência do poder local como protagonista do desenvolvimento. Pensar o poder local como ator do desenvolvimento é também refletir sobre a noção de sustentabilidade em construção. Como reflete Buarque (2002, p. 69):

o desenvolvimento local sustentável é, portanto, um processo e uma meta a ser alcançada a médio e longo prazos, gerando uma reorientação do estilo de desenvolvimento, redefinindo a base estrutural de organização da economia, da sociedade e das suas relações com o meio ambiente natural.

Reorientar o estilo de desenvolvimento é romper com a noção de desenvolvimento ancorada especialmente na idéia de crescimento econômico e industrialização. Proposições e políticas de desenvolvimento locais que se constituam como alternativas ao paradigma tradicional de desenvolvimento a forma pela qual cada localidade constrói as alternativas de se inserir no processo geral de desenvolvimento (BECKER, 2001, p. 73).

Exemplos bem sucedidos de localidades que tem conseguido promover em algumas áreas mudanças sociais e políticas demonstram que o papel do poder público local tem sido fundamental para que estes processos se instalem e tenham continuidade. Para que o poder público local cumpra sua função de ator e protagonista do desenvolvimento é necessário que os agentes organizacionais da gestão pública promovam mudanças institucionais, na cultura política e nas práticas administrativas. É ainda Buarque (2002, p. 26) que chama atenção para o fato de que:

O desenvolvimento local demanda mudanças institucionais que aumentam a governabilidade e a governança das instituições públicas locais, incluindo o município, construindo uma relativa *autonomia das finanças públicas* e acumulação de excedentes para investimentos sociais e estratégicos para a localidade.

As mudanças institucionais e políticas necessárias para a instituição de uma sinergia social que mobilize os segmentos da sociedade local para definir horizontes, vocações e ações que objetivem

mudanças na qualidade de vida e proporcionem a aprendizagem social dos indivíduos, dizem respeito à criação de canais de participação, negociação e gestão de políticas locais, a construção de novas institucionalidades e a mobilização das redes de relações sociais existentes.

Apesar dos resultados das políticas públicas viabilizadas na gestão José Bezerra apontarem para a expansão das capacidades dos indivíduos (SEN, 1993), o tema do desenvolvimento não estava presente no discurso dos gestores. No debate sobre o papel do poder local no período, a ênfase era a possibilidade de democratização do poder público local e a criação de uma cultura política de participação cidadã. No entanto o resultados das políticas públicas implementadas sinalizam para o fato de que a gestão José Bezerra terminou sendo um elemento fundamental para o desenvolvimento do município naquele período, especialmente quando diz respeito aos programas e políticas de saúde, educação, cultura e geração de emprego e renda.

Os mecanismos, instituições e redes de relações sociais ao serem instituídos e mobilizados pelo poder público aumentam e traduzem as condições para a governabilidade e a governança. Esse “meio ambiente” impulsionador do desenvolvimento local tem sido traduzido pela noção de capital social. Quando o poder público estabelece um padrão democrático e participativo com os agentes e atores sociais e políticos locais, quando as redes de relações sociais, cooperação e solidariedade pré-existentes são mobilizadas e outras redes instituídas pelo próprio processo de participação se constituem, os conflitos de interesses não se tornam uma equação de soma zero, fazendo com que aumente a confiança e a pré-disposição para processar os conflitos através da negociação.

Na administração José Bezerra o poder público local mobilizou amplamente as redes de solidariedade comunitárias pré-existentes e construiu novas. Não obstante o conflito com os setores tradicionais, para ampla parcela da população verificou-se o aumento da confiança nos canais institucionalizados, o que a literatura denomina de Capital Social. Como analisa Hermet (2002, p. 103):

A noção de capital social designa a qualidade das instituições de uma comunidade cívica participativa e solidária, cujos membros cooperam sem demasiadas segundas

intenções, baseados na confiança de certo modo horizontal que uns têm dos outros e, por outro lado, na confiança, dessa vez vertical, que depositam naqueles que os comandam em todos os níveis.

A noção de *capital social* é uma categoria importante para a avaliação do grau de governança democrática alcançado por uma gestão, assim como possibilita a reflexão em relação à efetividade das políticas públicas implementadas. Quando uma política pública tem *efetividade* em seus resultados, produz *efetivações* na vida dos indivíduos, logo na *expansão de suas capacidades*. Os resultados das políticas públicas implementadas na gestão José Bezerra, na avaliação dos usuários e participantes destas dez anos depois, sinalizam para a ocorrência de aumento do capital social, expressivo grau de efetividade das políticas públicas e como conseqüência, importantes efetivações na vida dos participantes dos projetos e programas.

Nos diversos programas e projetos implementados na gestão de José Bezerra, percebe-se graus variados de efetivação, de efetividade e por conseqüência, ao criar um ambiente de confiança e estímulo à intervenção ativa na vida comunitária, da criação de ambiente propício a construção de capital social. Mas o aumento da confiança deu-se apenas em relação aos segmentos subalternos da sociedade local, produzindo apenas nestes segmentos a existência de capital social.

Tanto pelo estilo pessoal de José Bezerra, como pela nova opção partidária com a filiação ao Partido dos Trabalhadores, a gestão José Bezerra vai diferenciar-se da gestão anterior por duas ordens de questões: primeiro, a diminuição de recursos com o cancelamento de algumas parcerias com órgãos dos governos da União e do Estado do Rio Grande do Norte; segundo, o problema da governabilidade com o estreitamento da base de apoio à administração, na medida em que diversos setores que tinham apoiado a gestão anterior passam a fazer oposição.

A questão da diminuição dos recursos advindos com a nova postura política ideológica dos gestores fica evidenciada em alguns depoimentos. Segundo o próprio José Bezerra; “*quando nós assumimos pelo PT, a maior parte dos convênios foi cortada, nos fomos caçados pelo governo federal e estadual. Fazer uma administração democrática e popular que desse resposta as questões básicas*

do povo e ainda intervir na questão econômica, no sentido de gerar renda, criar empregos para melhorar a vida do povo, ficava muito difícil para a gente” (Entrevista concedida em 23/09/2003).

Um agravante para as necessidades de prover serviços e bens públicos encontra-se no fato da localização do município no semi-árido. O prefeito avalia que naquele momento, a gestão teve que enfrentar com obras públicas a situação de seca e estiagem prolongada. Ainda de acordo com seu depoimento: *“Enfrentamos em quatro anos de gestão, três grandes secas consecutivas, só no último ano de nossa administração é que nós tivemos inverno. A gente fez uma política de construir pequenos açudes, construímos muitos cacimbões onde não tinha água para garantir água para o abastecimento urbano”* (José Bezerra. Entrevista concedida em 23/09/2002).

Uma área que continuou recebendo prioridade da gestão José Bezerra, mesmo com a diminuição dos aportes financeiros foi a área de educação. As creches foram o primeiro passo no investimento na educação do município. A partir desta prioridade construíram-se escolas e qualificaram-se os professores, através da criação do curso de magistério e de atualização da rede municipal, contando com a assessoria de profissionais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

O programa de creches incorporava cerca de 700 crianças na faixa etária de 02 a 06 anos. Este programa funcionava articulado a núcleos de apoio que uniam as mães das crianças atendidas nas creches através da compra de hortaliças, criação de ovinos e caprinos por elas produzido.

A administração José Bezerra também teve uma atuação significativa na geração de emprego e renda, notadamente nas comunidades rurais do município. José Simão, liderança comunitária e líder sindical rural avalia que: *“pra nós foi uma benção a gente conseguiu casa pra quem não tinha aqui, conseguimos vacarias comunitárias conseguimos motor, tinha uma emergência 0 a gente fez aqui no nosso (...), eu consegui sessenta e poucas cabeças de galinha, seis vacas paridas, um motor bomba, a gente trabalhava na emergência aqui pra não sair pra fora, agente vendia... As galinhas a prefeitura cedeu pra gente por um projeto e a gente vendia os ovos das galinhas para as nossas próprias crianças comer nas creches, o leite das vacas era para as nossas próprias crianças, a gente vendia o leite e partia com a comunidade”* (Entrevista concedida em 27/09/2002).

Esses programas de geração de renda não tiveram sustentabilidade com a descontinuidade

administrativa com a sucessão de José Bezerra. O mesmo José Simão relembra que “tudo isso foi na época da gente”, ou seja, durante a gestão de José Bezerra. O mesmo entrevistado diz que: “*Cada um saía, as mulheres eram com hortas, outras com galinhas, a gente era com gado, era esse trabalho... Partia o dinheiro, vendia os ovos para a prefeitura, vendia para o povo da comunidade, pra quem trabalhava também, não era pra todo o povo não*” (Entrevista concedida em 27/09/2002).

Também continuou tendo destaque a política de saúde do município, que é lembrada tanto pelos serviços e seu grau de resolutividade, como pelo caráter de transparência e publicização dos gastos. Em relação aos serviços públicos na área de saúde José Simão comenta que: “*Tinha a casa de parto que aí funcionava, com médico, com dentista, tudo tinha, hoje tem mais não (...) tinha um médico toda semana atendendo, tinha o dentista, tinha o curativo, tinha tudo e hoje nem o funcionário mais não tem. Hoje uma injeção pra fazer é preciso ir na casa dele quando ele tem a boa vontade, porque ele já está se aposentando (...) na época de Zé Bezerra quando o cliente adoecia e ele não podia ir ele tinha que vir na casa (...) remédio tinha muito, se consultava e tinha o remédio*” (Entrevista concedida em 27/09/2002).

Quanto a transparência dos gastos públicos, os moradores lembram que havia discussão com a população sobre as prioridades e prestação de contas dos investimentos realizados. É o que se depreende da memória de Marcos Lima em relação ao processo decisório no período da administração José Bezerra. Segundo este: “*Se reuniam semanalmente e as pessoas mostravam os problemas, tem uma fossa, tem um esgoto que está estourado, então vamos consertar, eu falo o exemplo da minha mãe, ela pegava anotava tudo e na reunião mensal com o prefeito já mostrava e ele mostrava a solução, realmente ele solucionava*” (Entrevista concedida em 26/09/2002).

A memória de uma gestão que prestava contas dos gastos públicos e estabelecia canais de participação para a definição de prioridades administrativas é bastante enfatizada pelos depoimentos dos mais diversos entrevistados. Para José Simão: “*A gente sabia até quanto gastava nos hospitais, até quantas cabeças de alho gastava, bujão de gás, quantas velas, tudo a gente sabia, tinha como a gente trabalhar mais com a população. Quando se dizia aonde é que o prefeito está botando dinheiro nós como representantes das comunidades, a gente tinha aquele papel, aí levava em cima da pessoa*

olha aqui onde o dinheiro está sendo gasto, a gente sabia de tudo, porque todo mês mais o menos (...) Ele reunia toda a população e dizia o que tinha recebido no mês, o que tinha gasto” (Entrevista concedida em 27/09/2002).

Mesmo com limitações, pois nem todo o orçamento municipal estava em discussão para o conjunto da sociedade, Geraldo, liderança comunitária, lembra que na época de José Bezerra: *“A gente pegava a prioridade na comunidade para colocar no orçamento, também não era tudo (...) mas era válido discutir com a comunidade e se tivesse havido mais oportunidade, talvez hoje em dia fosse mais interessante, porque aqui praticamente se induziu a dizer o que se queria (...), o processo de politização é uma coisa que se constrói ao longo do tempo e é muito devagar”* (Entrevista concedida em 25/09/2002).

Se prestarmos atenção na fala de Geraldo, duas expressões merecem reflexão. Em primeiro lugar quando afirma que “pegava as prioridades da comunidade” para tornar-se parte das prioridades do orçamento. Em segundo quando afirma que “também não era tudo” e “praticamente se induziu a dizer o que se queria”. Ou seja, se a prática de consultar a população sobre suas prioridades significou uma mudança no padrão de relação entre os gestores e “as comunidades”, por outro lado a participação tinha forte componente de indução e direção em relação a quais eram “as prioridades” a serem estabelecidas.

Se atentarmos para o fato tantas vezes apontado pela literatura em relação ao padrão da cultura política brasileira, patrimonialista, clientelista e permeada por relações de reciprocidade hierárquicas (DaMATTA, 1991), o grande desafio é a construção de uma cultura pública republicana e democrática.

Dito de outra forma, a grande questão é perceber o quanto de continuidade dessa cultura existe em propostas e práticas que procuram desconstruí-las. Assim, mesmo que em Janduí a preocupação dos agentes organizacionais do poder público local, ancorados em uma matriz discursiva rupturística em relação às práticas políticas tradicionais, um conjunto de fatores próprios a dinâmica política da vida local terminam por reproduzir em parte essas relações.

Com o término da gestão de José Bezerra, a população tem na memória uma comparação negativa das administrações posteriores, mesmo a que substituiu José Bezerra e por um certo período

de tempo também pertencia ao mesmo partido político. Ainda José Simão avalia que: *“Daí pra cá foi havendo a mudança de prefeito, e a coisa mudou, ninguém sabe quanto entra, ninguém sabe quanto sai, ficou diferente, as creches funcionavam melhor, mais acesso, as crianças sempre freqüentavam mais, hoje está mais difícil, eu noto que está mais difícil”* (Entrevista concedida em 27/09/2002).

Em relação ao acesso da população ao poder público local, contrariando uma tradição na cultura política brasileira, a administração José Bezerra ficou na memória dos habitantes da cidade, especialmente daqueles pertencentes aos segmentos jovens e membros das camadas subalternas da sociedade local, como uma gestão de fácil acesso à população. Ainda Marcos Lima conta que: *“A gente tinha acesso, a gente tinha reuniões com o prefeito (...) tudo que a gente achava era muito importante pra ele, eu lembro que o pessoal estava botando lixo aqui no rio, eu não sabia, quando eu vi fiquei horrorizado, o rio que marcava demais pra gente estava tomado de lixo, eu fiquei revoltado demais, eu e um amigo que era artista também, fazia teatro, a gente foi falar com o prefeito, e o cara lá não queria deixar de jeito nenhum “não, não entra não, ele está em reunião”, não sei se ele ouviu, mas ele saiu assim e perguntou o que estava acontecendo, e mandou entrar, a gente falou o que estava acontecendo e só foi a gente sair que ele mandou um caminhão pra tirar todo o lixo de lá”* (Entrevista concedida em 26/09/2002).

Certamente que por ser um pequeno município em que as formas de sociabilidades tradicionais estão presentes e as proximidades das pessoas facilitariam o conhecimento mútuo e o acesso às autoridades públicas, esse depoimento poderia apenas sugerir esse quadro. No entanto não ocorre esse tipo de acesso ao poder público local de forma generalizada nos municípios brasileiros. Tratava-se de uma vontade política de implementar o processo de participação cidadã e construir canais de participação da população no processo decisório. Em relação as comunidades rurais, diz que *“era na mesma base daqui. Fazia o conselho de rua, aquelas reuniões, toda a semana tinha, uma noite era na casa de uma pessoa, outra noite era noutra bairro e eu achei que funcionou bem”* (José Simão. Entrevista concedida em 27/09/2002).

O início da participação popular no município de janduí começou na gestão Salomão Gurgel com o Conselho Comunitário. O Conselho comunitário organizava reuniões com a população que se

caracterizavam pela reivindicação de bens e serviços a prefeitura. O Conselho Comunitário, construído com recursos de um programa do banco do Brasil, associava os moradores da cidade que tivessem intenção de participar. Através do incentivo a associação realizada pelos agentes organizacionais, o Conselho chegou a ter cerca de três mil e quinhentos associados em uma população de oito mil habitantes incluindo o espaço urbano e rural do município. Na avaliação de José Simão: *“O conselho comunitário ele era uma espécie de braço da prefeitura. O conselho comunitário na época ele tinha recursos da prefeitura e lá se você precisava de um medicamento você não procurava a prefeitura, você ia se consultar e você seguia para o conselho, a presidente ficava com a consulta, mandava comprar o medicamento e tinha também o grupo de idosos que até hoje tem ainda, que fazia trabalho de terapia ocupacional. O conselho em si não funcionava legal, mas o que funcionava era bom”* (Daniel. Entrevista concedida em 24/09/2002).

A gestão José Bezerra caracterizou-se como já assinalado anteriormente, pela ampliação dos canais de participação com a criação de conselhos populares por ruas e comunidades rurais. Ocorreu também a tentativa de implementar o “orçamento participativo” que se tornou a imagem do chamado “modo petista de governar” a partir da experiência da prefeitura de Porto Alegre. Segundo Geraldo, liderança comunitária do município: *“Houve uma tentativa dele de fazer um orçamento participativo, a gente saía discutindo nas comunidades as prioridades (...) aqui na cidade a gente fazia por ruas, se a gente não conseguiu fazer um orçamento bem participativo é por que também o município não é tão politizado, a gente tem que ver isso aqui como o interior do Rio Grande do Norte, do Nordeste, com grande parte de analfabetos, mas mesmo assim foi válido”* (Entrevista concedida em 25/09/2002).

Como já salientado anteriormente a relação com os demais atores públicos na gestão de José Bezerra, não obstante a participação significativa da população seja através do Conselho Comunitário, seja através dos conselhos de rua, foi um dos pontos de estrangulamentos do poder público local na época. Para Bruno Veras, vereador na época, *“a relação entre a câmara e a prefeitura tinha muitas divergências. Tinha a bancada do PT com dois vereadores e a da oposição com seis”* (Entrevista concedida em 24/09/2003). Na mesma linha de raciocínio Daniel, poeta e participante do movimento cultural de janduís, lembra que: *“Com relação a câmara eu acho que Zé Bezerra não dava.... Hoje*

os vereadores se acham com poder, na época eu acho que não. Ele mandava projetos que não eram projetos para beneficiar a ele, eram projetos para beneficiar a população. Se eu não me engano a maioria era oposição, pra mim ele convivia bem com a câmara. Ele nunca precisou pedir favor, pra mim eu acho que não, pra mim era tudo oposição a maioria” (Entrevista concedida em 24/09/2002).

Essa avaliação que parece concordar com a relação conflituosa da prefeitura com a Câmara de vereadores, na verdade demonstra que a gestão José Bezerra ancorada em uma visão conselheira da gestão pública herdeira do imaginário da esquerda socialista e comunista, terminava por não estabelecer uma relação de colaboração e respeito a autonomia dos poderes executivo e legislativo em âmbito local.

Finalmente os resultados da pesquisa demonstram que a área prioritária da gestão José Bezerra foram às políticas públicas para a cultura. Concordando que o destaque da gestão foi na área de cultura, mas ao mesmo tempo ressaltando que a gestão tinha em leque diversificado de políticas públicas, o mesmo Daniel avalia que: *“O destaque da administração de Zé Bezerra em si foi isso o movimento cultural né. Como a formação do grupo de teatro que ficou conhecido aqui na região, o grupo Nanduí, mas a administração de Zé Bezerra não é só a cultura, não era só a educação, a administração de Zé Bezerra tinha... Por exemplo, já é o quinto prefeito que eu participo, entrei com Salomão, Zé Bezerra, veio Bastinho, veio outro e tá nesse agora, no meu ver era o mais aberto, o mais democrático, as coisas andavam mais, não sei como, mas andavam mais. Agente tinha jornal, eu estudava agente tinha jornal no colégio, a gente tinha o apoio dele em todos os sentidos, ele dava o material para fazer o jornal no colégio, o movimento mesmo aqui andava, em todos os sentido ele apoiava”* (Entrevista concedida em 24/09/2002).

Para exemplificar seu argumento e lembrando os tempos da gestão José Bezerra, Daniel prossegue sua avaliação afirmando que a área de agricultura, com projetos de geração de emprego e renda anteriormente discutidos, também recebeu um tratamento significativo por parte da gestão. Em seu depoimento diz que: *“Eu destacaria o movimento cultural, mas além disso também tinha um outro setor que era a agricultura, a agricultura na época de Zé Bezerra, que era uma época de seca, a agricultura se produzia, tinha uma comunidade aqui, agora que eu estou me lembrando, que tinha*

um projeto de caprinos, lá se produzia o queijo de bode, os moradores do sítio, cada um tinha sua criação de ovelha (...) isso era um convênio com o governo federal. Na administração de Zé Bezerra tudo funcionava, diferente de hoje, tudo funcionava, da melhor forma possível na saúde, na época a mortalidade infantil era praticamente zero em Janduís” (Entrevista concedida em 24/09/2002).

Geraldo também corrobora a avaliação de que a área de cultura recebeu prioridade da gestão ao avaliar que *“principalmente na área da educação, houve prioridade na cultura (...) houve várias críticas a cultura, muita gente dizia “aquela coisa de vagabundo”, mas o jovem com a cultura não vai estar mais marginalizado e no tempo de Zé Bezerra ele deu muita ênfase a isso. Aqui se formaram vários grupos artísticos”* (Entrevista concedida em 25/09/2002).

O principal projeto que ancorou as políticas públicas na área de cultura no município durante a gestão de José Bezerra foi o Recriância. Tratava-se de um projeto conveniado entre a prefeitura e a extinta Legião Brasileira de Assistência – (LBA). A prefeitura entrava com parte significativa dos recursos para o projeto que chegou a envolver cerca de 650 jovens em suas atividades. As atividades do Recriância consistiam em cursos profissionalizantes como bordado, corte e costura e técnicas agrícolas; em atividades esportivas e artístico culturais. Os participantes que incluía moradores do espaço urbano e de três comunidades rurais do município também recebiam duas refeições diárias. Relembrando as atividades do projeto Recriância, Daniel diz que: *“O projeto recriância ele tinha capoeira, tinha acrobacia, tinha grupo de palhaços, tinha as oficinas de artesanato, de dança, oficina de marcenaria, fazer cadeira, fazer essas coisas, e tinha quatro alimentações diárias, era uma média diária de umas duzentas crianças, foi uma revolução mesmo”* (Entrevista concedida em 24/09/2002).

Pode-se dimensionar o impacto que o projeto proporcionou na vida de uma significativa quantidade de jovens das classes populares do município de Janduís pelo tamanho de sua população. Mas a “revolução”, que vários depoimentos sinalizam para a efetividade que a participação no projeto proporcionou a seus participantes, diz respeito tanto a contribuir para a segurança alimentar de parte significativa da população jovem das classes populares do município, como o fato de “mexer” com a vida social e cultural do município constituindo novos horizontes para a juventude de um pequeno município interiorano. Essa sinergia criada por múltiplas ações do projeto, as quais incluíam desde

ações de segurança alimentar a diversas formas de atividades culturais, pode ser imaginada na continuidade do depoimento do mesmo entrevistado. É ainda Daniel que ao relembrar sua participação no projeto, comenta que: *“Da sede do município ao núcleo, uns quinhentos metros, pareciam uma procissão. Tinha escolinha de futebol, escolinha de salão, tinha orientação psicológica pras crianças, aqueles mais levados tinha uma pessoa para cuidar. Foi uma coisa que realmente marcou Janduís. Quando tinha eventos culturais na época de qualquer comemoração, fazia cortejo, palhaço, tudo isso com apoio cem por cento da prefeitura, de Zé, ele sempre estava à frente”* (Entrevista concedida em 24/09/2002).

O projeto não atingia apenas os jovens de 02 a 06 anos, mas também incorporava jovem até os 18 anos em atividades de monitoria. Segundo seu depoimento: *“O Recriança tinha trabalho de sete anos até dezoito anos, eu tenho lembrança desses dois projetos às creches e o próprio Recriança, a creche era do governo do Estado e o Recriança do governo federal. Eu não tenho lembrança de outros projetos, mas que tinham, tinham vários programas, o boletim financeiro, prestação de contas todos os meses, tinha vários convênios, mas eu não tenho lembrança agora, mas o que destacou mais foi o programa Recriança, que foi onde Janduís ficou conhecido pelo movimento cultural”* (Daniel. Entrevista concedida em 24/09/2002).

O conjunto de depoimentos que se segue demonstra a importância no conjunto de políticas públicas que os programas culturais tiveram. A participação nestes projetos é percebida como uma possibilidade de desconstrução do estigma que os jovens pobres das áreas periféricas da cidade sofriam. Para Marcos Lima: *“Pra você ter uma idéia do que eu estou falando que não é nenhuma fantasia, não é pra querer engrandecer administração nenhuma, mas eu acho que Janduís deve muito a administração de Zé Bezerra. Eu moro numa rua, periferia, a Rua da Floresta, que antes era discriminada, quem morava na Rua da Floresta era vagabundo, era marginal, como em todas as cidades, a periferia o pessoal sempre discrimina (...) eu não digo que tinha menino de rua como tem na cidade grande, mas tem aquela coisa, menino abandonado, que passa fome, que sofre preconceito, e hoje a visão que o pessoal tem da Rua da Floresta é que tem artistas”* (Entrevista concedida em 26/09/2002).

Há também o destaque que a participação no movimento cultural produzia na percepção dos espaços pelos seus participantes. Um dos espaços que ganhou destaque foi a biblioteca pública. Ainda Marcos Lima lembra que: *“Na época de Zé Bezerra ela funcionava (a biblioteca) não só para guardar livros, eu acho que é por isso que eu tenho essa consciência e os meninos também tem essa consciência. Quase todos os dias a gente se reunia aqui, os artistas de Janduís, no chão mesmo (...) foi aqui que a gente traçou o calendário anual das apresentações, o ano inteiro a gente já tinha traçado, resumindo, a biblioteca era o grande centro cultural da época de Zé Bezerra, não tinha outro local pra reunir, a gente se reunia aqui, o artista vivia aqui, era o cara com pandeiro, com violão, apresentações culturais ali fora, na época o ponto mesmo de encontro do artista Janduicense era a biblioteca pública”* (Entrevista concedida em 26/09/2002).

Outro destaque para as atividades culturais que foram implementadas pelo poder público com a intensa participação dos jovens era as chamadas “lanchonetes culturais”. O mesmo Marcos Lima diz que: *“As lanchonetes culturais começaram na época que o bibliotecário daqui era Bosco, João Bosco, depois veio o Leandro Tomé que trabalha na livraria em Mossoró, eles criaram, também com orientação de Rai (...) nas escolas colocavam uma mesa, colocava o nome Lanchonete Cultural e a biblioteca sempre enviava revistas, publicações como a Veja, a revista Isto É, eu sei que todas as revistas da época estavam lá, e uma pessoa pegava sempre um aluno ou um funcionário da escola pra dar uma olhadinha”* (Entrevista concedida em 26/09/2002).

Havia em alguns segmentos da população a percepção de que a ênfase nas políticas públicas voltadas para a área de cultura e o incentivo a participação da juventude era exagerado em detrimento de outras prioridades que deveria haver no município. Isso se encontra presente na avaliação de Marcos Lima quando lembra que: *“O pessoal falava muito que Zé Bezerra era um cara que só via cultura, porque tem aquele pessoal conservador que não adianta falar da importância da cultura pra eles que não vai entrar na cabeça deles, eles falavam “o prefeito só quer saber dessa molecada”, até teve hora que eu pensei assim, se o prefeito tava errado mesmo, em investir na gente, hoje eu vejo que foi muito importante”* (Entrevista concedida em 26/09/2002).

No mesmo sentido aponta a memória de Josivan, professor e poeta de Janduís ao lembra

que: “*ele se prontificou em valorizar essa questão cultural, ele defendia todo um discurso, perante a comunidade que a coisa mais importante pra sociedade era cultura e ele foi muito criticado no início, porque estava passando por um processo de perdas na área econômica e a comunidade dizia que ele estava investindo mais na cultura que nas áreas sociais, em termos de habitação, de pavimentação (...) o projeto só funcionou porque tinha essa preocupação da administração em acreditar que só a cultura seria possível superar aquele momento de crise e conscientizar as pessoas que por mais dificuldades que tivesse passando era a partir dali que poderia mudar*” (Entrevista concedida em 24/09/2002).

Mas defende o projeto recriança avaliando sua amplitude para a formação profissional e artístico cultural dos jovens, especialmente os das camadas subalternas da população. Lembra que: “*O Recriança foi um projeto que não trabalhava só com o teatro, foi um projeto cultural, desenvolvia educação, lazer, esporte, até oficina de arte de marcenaria, tinha um trabalho de artesanato, então naquela época a comunidade apoiou, a administração, Zé Bezerra conseguiu na época trabalhar com a área social, a arte na época não era cultivada, aí na época que Zé Bezerra era prefeito, foi o auge, chegou a revista Veja e o Brasil reconheceu todo o trabalho, de lá pra cá a gente tem procurado dar uma continuidade e não deixar morrer, mas as outras administrações não se preocuparam com isso*” (Entrevista concedida em 24/09/2002).

Destaca a irradiação do projeto para além das fronteiras do município e sua importância para os participantes. Segundo ainda Josivan: “*Tinha mais de seiscentas pessoas envolvidas com o projeto, na época uma população com menos de cinco mil e foi esse projeto que deu possibilidade de pessoas como eu, Marcos ter uma nova mentalidade a respeito do trabalho e buscar alternativas mesmo de sobrevivência, a gente já tem uma consciência de que a arte tem a possibilidade de abrir novos horizontes e o Ciranduí é um exemplo, existiu vários grupos, o primeiro escambo foi realizado aqui em noventa e um, o encontro de vários grupos do Rio Grande do Norte, do Ceará e da Paraíba e de lá pra cá essas manifestações culturais se expandiu para outros estados e hoje na nossa cidade a gente sente muita falta desse instrumento, porque o projeto era um instrumento*” (Entrevista concedida em 24/09/2002).

Finalmente é ainda Josivan que destaca as políticas públicas na área de cultura como um elemento importante para a construção de um sentido de pertencimento através da recuperação da memória histórica e da cultura popular local. De acordo com sua avaliação e descrição do processo desencadeado pelo projeto Recriança: *“A gente começou fazendo festivais aqui de música, de teatro, que viraram processo de formação e partindo pra pesquisa pra descobrir as figuras folclóricas do município, aí aos poucos fomos conhecendo e colocamos alunos pra pesquisar e trabalhar não só na comunidade da zona urbana, foi pra zona rural também (...) tinha um projeto chamado caminho do mato que era um projeto de extensão, abrindo oportunidade das comunidades da zona rural também participar (...) nos períodos de festa aqui, de tradição, como a festa da padroeira sempre estavam apresentando as crianças, os adolescentes, como os idosos também, a gente tem várias pesquisas sobre os poetas, figuras folclóricas, muitos que já morreram, como Seo Severino da Véia, um contador de história, Seo João das telhas que era um outro que era muito bem aceito tanto pelas crianças, como pela própria comunidade, ele era um contador de história que apoiava a cultura”* (Entrevista concedida em 24/09/2002).

Pelos depoimentos acima descritos pode-se afirmar que foi a área de cultura que recebeu a maior atenção da gestão José Bezerra, tanto por sua própria trajetória como animador cultural no município de Recife, como por uma compreensão de que a área da cultura era o espaço por excelência para disputa de hegemonia política. Os resultados não intencionais destas políticas significam que a gestão José Bezerra foi importante para a construção de capital social, a promoção de efetivações na vida dos participantes bem como as políticas públicas implementadas tiveram graus variados de sustentabilidade e efetivação.

CONCLUSÕES

Como já discutido anteriormente, entre as décadas de oitenta e noventa, tem-se um deslocamento de sentido em relação ao local no Brasil em que, da condição de impotência diante do

crescente desafio de oferecer bens e serviços públicos eficientes e de qualidade e da incapacidade de formular saídas econômicas, o poder local passou a ser portador de possibilidades de gerenciamento eficiente dos recursos públicos e protagonista de iniciativas de desenvolvimento da vida econômica e social (COSTA, 1993; 1996; 1998).

Aqui se destaca uma primeira conclusão em relação as administrações participativas de Janduís. Ao contrário de Janduís a maioria dos municípios do Rio Grande do Norte, especialmente as pequenas e médias localidades do interior do Estado, não vivenciaram modificações importantes em seu cenário político até a década de 90. Ao contrário das mudanças e novas experiências de práticas administrativas que diversos municípios brasileiros vivenciaram nas últimas três décadas, no Rio Grande do Norte apenas as gestões de Janduís/RN no período de 1982 a 1992 se inserem neste quadro de inovações administrativas do poder local no Brasil (COSTA, 1996).

A constituição de 1988 estabeleceu novos papéis aos municípios brasileiros, e como desdobramento dessas novas funções do poder local, esses municípios viram-se tencionados a criarem novas institucionalidades para poderem habilitar-se a receber recursos da União para a implementação de projetos e programas com aportes de recursos federais. Diversos programas e projetos sociais forçam os municípios a democratizarem as relações entre o poder estatal local e a sociedade através da obrigatoriedade de criar diversos conselhos, os quais se propõem a elaborar, implementar e monitorar as políticas públicas em âmbito local.

As gestões participativas de Janduís, particularmente a administração José Bezerra, realizaram um intenso processo de participação cidadã, com a institucionalização do Conselho Comunitário na gestão Salomão Gurgel e a criação dos Conselhos populares por rua na administração José Bezerra. Este processo de criação de canais de participação da sociedade local nas instâncias de decisões do poder público em Janduís não foi resultado das imposições institucionais da nova constituição de 1988. José Bezerra deu continuidade a um processo de construção de canais de participação que se iniciou em 1982 com a eleição de Salomão Gurgel, sendo o próprio José Bezerra o principal organizador destes canais já na gestão de Salomão.

Essa situação destaca Janduís no cenário político do Rio Grande do Norte e inscreve as

experiências de gestões participativas entre as pioneiras na implementação da participação cidadã. A intensa participação e mobilização dos segmentos sociais subalternos da sociedade local no período chama atenção na medida em que estudos apontam para o fato de que a existência dos conselhos depois da constituição de 1988, tais como de educação, saúde, de geração de emprego e renda, entre outros, não significaram novas relações entre o poder público e a sociedade local no sentido de sua democratização.

A dinâmica política local, que na grande maioria dos médios e pequenos municípios reproduzem as estruturas de dominação da política tradicional, tem esvaziado o potencial de novas relações entre o poder público local e os diversos segmentos sociais que constituem a sociedade em âmbito local. Ou seja, apesar de instituírem canais formais de participação e negociação (previstos na constituição e nas leis orgânicas), a predominância de relações de reciprocidade hierárquicas no ordenamento dos espaços e redes sociais locais bloqueia a possibilidade desses canais instituírem padrões democráticos de relacionamento entre o poder público e a sociedade local.

Como o Rio Grande do Norte apresenta um cenário político pós-transição democrática com pouca organização da sociedade civil e fragilidade dos atores sociais e políticos do campo democrático e popular, o peso dos gestores do poder público para pautar a agenda pública, instituir novas práticas políticas e determinar o ritmo das mudanças sociais e políticas locais não é desprezível. Em Janduís não apenas a fragilidade, mas a quase inexistência de uma sociedade civil organizada, excetuando-se o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e os Grupos de Jovens ligados ao trabalho pastoral da Igreja católica, fez com que o poder público local tivesse um papel fundamental na constituição da agenda, da dinâmica e na própria organização e mobilização dos diversos segmentos da sociedade local.

Existe uma vasta literatura sobre os movimentos sociais que emergiram no Brasil nas décadas de 70 e 80 e os desdobramentos que esses movimentos tiveram para a constituição de uma nova cultura política (Doimo:1995) e para uma nova noção de cidadania (DAGNINO, 1994). A fragilidade e pouca expressividade dos movimentos sociais no Rio Grande do Norte neste período explica em boa parte o fato de que no estado não ocorreram de forma expressiva experiências de gestões municipais democráticas.

Esta característica do Rio Grande do Norte encontrava e encontra-se em Janduís sua mais perfeita tradução. Esse quadro explica tanto o destaque que a gestão de José Bezerra adquiriu no cenário político potiguar, como as dificuldades que se apresentaram no processo de participação popular. Entre as dificuldades pode ser relacionado a reprodução nas atividades do conselho comunitário de práticas da cultura tradicional, a maciça filiação e participação menos por uma cultura política republicana e mais por ser na percepção da população a única forma de ter acesso a serviços e apoio da prefeitura. Explica também o fato de que os agentes organizacionais da administração privilegiaram a relação do poder público local apenas com os segmentos das camadas subalternas da população excluindo a possibilidade de estabelecer um novo padrão de relação do poder público também com os agentes públicos e privados do município.

A reprodução de relações de poder tradicionais nos municípios do Rio Grande do Norte tem sido um elemento de constrangimento para que o poder local no Estado assuma o papel de protagonista do desenvolvimento local, da governança democrática e de ator na mobilização dos atores sociais e comunitários na construção de capital social. No Caso da gestão José Bezerra, a preocupação em mobilizar e construir canais de participação para as camadas subalternas visto como uma relação de confronto com os setores dominantes da sociedade local dificultou a possibilidade de construir a governança local em termos mais amplos.

Mas destaca-se o fato de que, não obstante as dificuldades apontadas em relação à constituição da sociedade local e da especificidade da transição democrática no Rio Grande do Norte, e mesmo não estar colocado naquela conjuntura a idéia de que o poder local deveria se constituir em protagonista do desenvolvimento local, a gestão José Bezerra apresentou um saldo significativo de efetividade em suas políticas públicas. Entre estas se destacam as políticas públicas para a área de cultura. Sua efetividade pode ser dimensionada pela avaliação que um dos participantes do movimento cultural da cidade no período faz em relação a efetivação que isto significou para sua vida. Segundo Marcos Lima, um jovem de camada popular do município, ter participado dos projetos e programas culturais da administração José Bezerra: *“Mudou totalmente, não só a minha, mas a vida de todo o pessoal envolvido com cultura, com arte, por que o pessoal passou a ver a gente e não só isso, a gente pegou*

uma bagagem com Rai, com Zé Bezerra, eles sempre se preocuparam muito, Rai sabia que um dia ia sair de Janduís, ele era um cara muito legal, tipo um pai mesmo da galera, mas ele se preocupava muito em preparar a gente pra o futuro, então eu acho que se a gente hoje tem esse carinho por livro, tem uma visão política diferente, a gente deve a essa época mesmo” (Entrevista concedida em 26/09/2002).

Neste depoimento percebe-se que a administração José Bezerra foi efetiva em proporcionar mudanças reais nas condições de vida de segmentos expressivos da população local, especialmente entre os jovens que foram escolhidos como principal prioridade da gestão. Vários destes jovens são hoje professores, funcionários públicos locais, agentes comunitários, artistas dos vários grupos culturais que se constituíram na época e que mesmo depois de dez anos do fim da gestão continuam existindo no município. No depoimento de Daniel, há vários anos exercendo cargo de chefia na administração local, temos mais uma comprovação da efetividade aqui relatada. Segundo sua avaliação: *“Me marcou a administração de Zé Bezerra porque foi quando comecei a me envolver com a parte burocrática de tudo do que eu sei hoje, porque ele me trouxe pra dentro da prefeitura, foi aqui onde eu conheci... Vai fazer dezessete anos o próximo ano, no dia 26 de Setembro de 1986 eu fui chamado para trabalhar na prefeitura e graças a Deus foi onde eu tive todo o conhecimento (...) Tem um colega meu que entrou no dia que eu entrei e está sendo vigia lá na escola. Hoje praticamente tudo passa pelas minhas mãos, setor de INSS, da parte de fundo de garantia quando existia, na gestão de Zé Bezerra foi ele que me deu espaço”* (Entrevista concedida em 24/09/2002).

Mas não apenas em relação à mudança dos lugares sociais dos indivíduos a gestão José Bezerra significou mudanças importantes. Também em relação a noção de efetivações em sua dimensão subjetiva, as políticas públicas implementadas na área de cultura são apreendidas como um momento no qual seus participantes tornaram-se aptos a participar da vida comunitária e passaram a sentirem-se donos de uma nova percepção de si e da vida social e política. Essa nova percepção traduz a idéia de cidadania em seu sentido de pertencimento a uma comunidade política e social e membro ativo desta exercendo a capacidade de reivindicar direitos e cumprir deveres de cidadão. Josivan, professor e poeta, avalia que: *“Pra minha vida, essa experiência, eu diria que ela foi a construção*

do meu conhecimento, do meu desempenho, do meu desenvolvimento como professor, como pessoa, ela foi primordial porque a partir desse contato com o projeto, com as próprias pessoas envolvidas, eu amadureci não só na parte cultural, como também na parte como professor, eu era uma pessoa muito isolada individualmente, eu era muito distante, só praticava mais a questão de esporte e eu tinha outros pensamentos de carreira que era no futebol e na oportunidade eu conheci pessoas e me apaixonei por esse lado cultural e ainda hoje desenvolvo esse trabalho lá fora como na comunidade” (Entrevista concedida em 24/09/2002).

Como conclusão, podemos apontar para o fato de que a administração José Bezerra, através de um conjunto de políticas públicas, iniciadas na gestão anterior de Salomão Gurgel, conseguiu ser uma gestão que atingiu um grau significativo de consolidação de mudanças na vida material e simbólica da população local. Entre estas políticas destacam-se, pelo grau de persistência dos resultados, as políticas públicas para a área de cultura. Mas também os resultados demonstram um grau de efetividade no período das políticas públicas na área de saúde, sendo Janduís o primeiro município a municipalizar o sistema de saúde, quando o sistema de saúde local atendia a vários municípios circunvizinhos, muito deles com capacidade de arrecadação superior a Janduís.

A política habitacional e a de geração de emprego e renda também tiveram destaque no período não obstante sua paralisação com o fim da administração José Bezerra e a eleição de um novo gestor. Aqui temos um ponto importante para a avaliação dos limites da gestão José Bezerra, assim como das administrações locais no Brasil. Trata-se da continuidade das políticas públicas iniciadas, dos processos participativos, do padrão de relacionamento com os atores sociais e políticos locais.

No caso da gestão José Bezerra duas questões merecem destaque. Em relação a continuidade administrativa, mesmo que elegendo o seu sucessor, a gestão José Bezerra não teve continuidade. Em um primeiro momento devido as características do seu sucessor, o qual não obstante ser eleito pelo mesmo partido político tinha outra forma de encaminhar o processo decisório e realizar as práticas administrativas. Além do mais, por motivos de rompimentos políticos cujos motivos encontram-se fora da política local, o sucessor de José Bezerra rompe com a seu grupo e desfilia-se do Partido dos Trabalhadores. Isso implicou em um maior distanciamento das práticas administrativas implementadas

pela gestão José Bezerra e a desconstrução do processo participativo e a descontinuidade das políticas públicas implementadas, especialmente os projetos e programas da área de cultura.

Uma última conclusão diz respeito ao fato de que a administração José Bezerra, ao dar continuidade gestão Salomão Gurgel, teve menor aporte de recursos e de sustentação política. A ampla política de alianças de Salomão Gurgel não aconteceu na gestão José Bezerra, em parte por uma concepção mais isolacionista dos agentes organizacionais e em parte devido ao fato de que ao ser eleito pelo Partido dos Trabalhadores, minoritário no estado e com pouca inserção social e política naquele momento, ter contribuído para impor maiores dificuldades tanto para composições políticas mais amplas em âmbito local, como para o acesso a recursos e transferência de aportes do governo estadual e federal.

REFERENCIAS

BECKER, Dinizar Ferminiano. Sustentabilidade: um novo (velho) paradigma de desenvolvimento regional. In: _____. (Org). **Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?** 3. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

BUARQUE, Sergio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

COSTA, João Bosco Araújo da. A resignificação do local: o imaginário político brasileiro pós-80. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo: Fund. SEADE, v. 10, n. 03, jul./set. 1996.

_____. **Poder local, democracia e participação popular: a experiência de Janduí (RN) 1982/88**. Dissertação (Mestrado em ciências sociais) – PPGCS/PUC/SP, São Paulo, 1993.

_____. **O imaginário político do partido dos trabalhadores: o petismo, o sistema representativo e o**

poder local. Tese (Doutorado em ciências sociais) – PPGCS/PUC/SP, São Paulo, 1998.

DaMATTA, Roberto. Cidadania: a questão da cidadania num universo relacional. In: _____. **A casa & a rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.

DAGNINO, Angelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, Angelina (Org). **Anos 90**: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DOWBOR, Ladislau. **A reprodução social**: propostas para uma gestão descentralizada. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.

HERMET, Guy. **Cultura e desenvolvimento**. Trad. de Vera Lúcia Mello Joscelyne. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

SEN, Amartya. O desenvolvimento como liberdade. **Revista Lua Nova**, São Paulo: Cedec, 1993.

SOARES, Arlindo José; GONDIM, Linda. Novos modelos de gestão: lições que vêm do poder local. In: BAVA, Silvio Caccia; SOARES, Arlindo José (Org.). **Os desafios da gestão municipal democrática**. São Paulo: Cortez, 1998. p. 61-96.

TEIXEIRA, Elenaldo. **O Local e o Global**: limites e desafios da participação cidadã. São Paulo,SP: Cortez; Recife, PE: EQUIP; Salvador, BA: UFBA, 2001.